



Correio Manhã

06-05-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Justiça

Dimensão: 1277 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/13

AEROPORTO DE LISBOA P.13

**Atraso obriga SEF
a libertar refugiados**

AEROPORTO DE LISBOA

Tribunais deixam fugir 489 requerentes de asilo

JUSTIÇA ⚡ Atrasos, nos anos de 2017 e 2018, na concessão de asilo político ou humanitário, obrigam SEF a libertar imigrantes

MIGUEL CURADO

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) foi obrigado a libertar 489 imigrantes de diversas nacionalidades retidos no Centro de Instalação Temporária (CIT) do Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, nos anos de 2017 e 2018. Na origem desta situação está o atraso, por parte da justiça, na apreciação dos requerimentos de asilo político ou humanitário apresentados pelos mesmos, à chegada a Portugal.

O CM obteve estes números do SEF que acrescenta que, neste momento, se encontram 19 estrangeiros (10 homens e 9 mulheres), no CIT do Aeroporto de Lisboa, também a aguardarem resposta a pedidos de asilo político ou humanitário. A lei obriga que o Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Lisboa decida em 60 dias. Se esse prazo expirar, sem que haja decisão, também estes 19 refugia-

ESTADO PERDE O RASTO AOS REFUGIADOS, MAL ELES SAÍAM DO CENTRO

dos poderão ter de ser libertados. E, quando isso acontece, o Estado perde o rasto destes imigrantes.

Analisando por anos, percebe-se que a uma subida do número de requerimentos de asilo político, corresponde um crescimento de trabalho dos tribunais. Assim, em 2017 foram apresentados 398 pedidos de proteção política ou humanitá-



SEF gere o Centro de Instalação do Aeroporto de Lisboa, de onde foram libertados 489 requerentes de asilo em 2017 e 2018

ria ao Estado português. Os tribunais só se pronunciaram sobre 208, levando a que os outros 190 processos ficassem sem qualquer resposta.

No ano passado, o número de imigrantes a pedir asilo subiu: 504. O TAF só conseguiu dar resposta positiva a 205, fazendo com que os restantes 299 desaparecessem do controlo do Es-

tado português. No total, em apenas dois anos, 489 imigrantes que requereram a proteção de Portugal, abandonaram o CIT do Aeroporto de Lisboa, única instalação disponível para dar guarida a refugiados nestas situações.

Fontes do SEF explicaram ao CM que esta força de segurança não tem capacidade operacio-

nal para poder monitorizar todos os imigrantes que abandonam o CIT do Aeroporto de Lisboa, por inoperância da justiça. "O Estado só se apercebe do paradeiro destas pessoas, se alguma requerer uma licença de residência no País", concluiu uma das fontes. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



PORMENORES

Queixas sobre aeroporto
 O Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa é alvo, há anos, de várias denúncias sobre as respetivas condições. A sobrelotação é denunciada por imigrantes, associações e advogados.

Novo espaço em Sintra
 Devido à evidente degradação e inadequação do espaço no aeroporto de Lisboa, o Estado está a construir em Almoçageme, Sintra, um novo Centro para requerentes de asilo.

Diversas nacionalidades
 Chegam a Portugal imigrantes de diversas nacionalidades (na maioria dos continentes asiático e africano), e que pedem asilo ao nosso país. A maioria invoca perseguição política ou más condições económicas.

Vigilância permanente
 A falta de efetivos no SEF é visível, igualmente, no Centro de Instalação do Aeroporto de Lisboa. É com dificuldade que os inspetores asseguram a vigilância a famílias com crianças ali presentes.

Movimentos limitados
 Durante os 60 dias em que, por lei, estão obrigados a permanecer no Centro de Instalação Temporária do aeroporto, os refugiados têm os movimentos limitados ao máximo.



Centro de refugiados da Bobadela

Refugiados têm casa nos centros da Bobadela e de São João da Talha

Os refugiados que obtêm deferimento nos requerimentos de concessão de asilo político ou humanitário em solo português, contam, neste momento, com os centros de instalação provisória da Bobadela e de São João da Talha, em Loures, como locais de abrigo temporário. O pri-

meiro espaço foi inaugurado em 2006, e o segundo no final do ano passado. Além de locais para alojamento de famílias, os espaços têm valências que permitem aos refugiados conhecerem melhor o nosso país e aprenderem a língua. Aqui, o Estado ajuda-os a prepararem o futuro. ●



Tribunal administrativo analisa

Um juiz tem de julgar dezenas de requerimentos

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa é a instância apta, por lei, a analisar os requerimentos de concessão de asilo. O CM sabe que apenas um juiz, está a analisar dezenas de requerimentos, o que atrasa a tramitação processual. ●